

Plano Diretor Municipal


Leiria

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

**Memória Descritiva e Justificativa da
2ª Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do
Município de Leiria**

junho 2022

Câmara Municipal de Leiria





INDICE

1. Introdução.....	3
2. ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 16º DO REGIME JURIDICO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL.....	4
3. Proposta de exclusão da Reserva ecológica Nacional	7
3.1 E 930- Inerliz, unipessoal, Lda. – Pedreira de areias nº. 6295 denominada “Rosa do amarelo”	7
3.2 E 931, E 932 E E 933 - AVILIS – AVIÁRIOS DO LIS, LDA.	14
4. Declaração da Câmara Municipal, suportada em informação técnica que ateste a conformidade das pretensões com os instrumentos de gestão territorial em vigor.	19
5. Síntese da área de reserva ecológica nacional alterada no âmbito do procedimento da ALTERAÇÃO da REN.....	23
6. Conclusão	26



1. INTRODUÇÃO

O contexto económico dos últimos anos tem vindo a suscitar um conjunto de medidas que visam apoiar a iniciativa económica. De entre elas salienta-se o Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) publicado no Decreto-lei nº 165/2014 de 5 de novembro, alterado pela Lei nº 21/2016 de 19 de julho. O regime extraordinário parte do reconhecimento da existência de empresas com relevância económica inequívoca, que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido, face às condições atuais da atividade.

Neste quadro, ficam abrangidas por este regime excecional e transitório, no âmbito do qual podem vir a regularizar a atividade existente e/ou a alterar ou ampliar as instalações e estabelecimentos afetos à mesma, as atividades económicas que se enquadrem nas seguintes situações: (1) estabelecimentos ou explorações “existentes à data de entrada em vigor do referido regime que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública” (alínea a) do n.º 1 do artigo 1º do RERAE); (2) e aquelas “que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública” (alínea b) do n.º 1 do artigo 1º do RERAE).

Desta forma, são criadas condições favoráveis ao investimento, à iniciativa privada e ao empreendedorismo, ao crescimento económico e emprego, além ainda da regularização de atividades perante a administração pública.

Para tal, é imperativo ponderar, de forma integrada, a possibilidade de permanência das atividades económicas no local ou a sua alteração ou ampliação. É com esta perspectiva que o RERAE estabeleceu um procedimento simplificado, por via de uma conferência decisória ao abrigo dos artigos 9º, 10º e 11 do RERAE.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 novembro, todas as atividades que integram este procedimento apresentaram a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

A conferência decisória conta com a presença de todas as entidades que deverão pronunciar-se para cada um dos pedidos de regularização e alteração/ampliação dos estabelecimentos e



explorações, e sempre que necessário, com a entidade responsável pela servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, em função da natureza da desconformidade, no fim das quais são proferidas deliberações quanto à decisão tomada. Nos termos do nº 3 do artigo 11º daquele diploma, a deliberação pode ser favorável; favorável condicionada ou desfavorável. Nos casos de estabelecimentos e explorações que estejam em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e com servidão e ou restrição de utilidade pública, poderá a deliberação determinar a alteração, revisão ou elaboração do Instrumento de Gestão Territorial (IGT), pela entidade competente, no sentido de contemplar a regularização do estabelecimento ou exploração – nº1 do artigo 12º - assim como a alteração da delimitação de servidão administrativa ou de restrição de utilidade pública, para os estabelecimentos e explorações que colidam com estas condicionantes – nº2 do artigo 13º.

2. ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 16º DO REGIME JURIDICO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Leiria foi aprovada pela Portaria nº 26/2016, de 15 de fevereiro, alterada, pela 1ª Correção Material da delimitação da REN de Leiria publicada pelo Despacho nº 6692/2019, de 26 de julho e pela 1ª alteração da delimitação da REN de Leiria, publicada pelo Aviso nº 4221/2020, de 11 de março.

É sobre esta delimitação da REN em vigor que se pretende proceder à alteração, nos termos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei nº 124/2019 de 28 de agosto, que procede à quarta alteração ao Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis nº 239/2012, de 2 de novembro, 96/2013 de 19 de julho e pelo 80/2015 de 14 de maio.

Sendo que de acordo com o estipulado no nº 3 do artigo 16º, a alteração à REN, cumpre com o procedimento previsto nos nºs 10º e 11º do RJREN.

De acordo com o n.º 1 do artigo 11º, a Câmara Municipal de Leiria apresenta a proposta de alteração da delimitação da REN junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

A alteração que o município de Leiria propõe e que se enquadra no disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei nº 166/2008, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 124/2019 de 28 de agosto, tem como pressuposto a existência de atividades económicas abrangidas pelo RERA e cuja decisão, em sede de conferência decisória, foi favorável condicionada para os casos em análise.



A presente alteração da delimitação da REN no município de Leiria, enquadra:

- Processo de atividade económica- Inerliz – Unipessoal, Lda., cuja Conferência Decisória se realizou em 09 de setembro de 2020 e obteve Deliberação Favorável Condicionada, para regularização da ampliação da Pedreira nº 6295, denominada “Rosa do Amaral”, sita na freguesia de Coimbrão, na tipologia da REN “Dunas litorais, primárias ou secundárias”, a que corresponde a categoria “Dunas costeiras e dunas fósseis”, nos termos do nº 3 do artigo 43º e Anexo IV do RJREN.
- Processo de uma atividade económica - Avilis – Aviários do Lis, LDA., relativa a um processo de regularização da atividade pecuária que foi alvo de uma deliberação final da Conferência Decisória favorável, realizada em 18 de maio de 2016. Este processo foi incluído na 1ª alteração da delimitação da REN, no entanto, o mesmo foi instruído de forma incompleta, devido a uma interpretação de uma planta apresentada, incorretamente, pelo requerente.

Importa referir que a representação e a caracterização das edificações consideradas como licenciadas não é correta, não estando suportada por licenças de construção em razão da realidade processual efetiva. O processo nº 580/78, ao qual se reporta a planta, teve projeto de arquitetura aprovado, no entanto, foi arquivado por não terem sido apresentados os respetivos projetos de especialidades e cumpridas as condições de aprovação no prazo legalmente previsto no regime de licenciamento de obras à data vigente. Tomando consciência dessa situação pretende-se repor a situação decidida em sede de Conferência Decisória.

As alterações da delimitação da REN devem salvaguardar a preservação dos valores naturais fundamentais, bem como a prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens. As propostas de alteração à REN neste caso decorrem de um regime especial que prevê na sua conferência decisória certas medidas de minimização dos impactos sobre os valores naturais. No quadro 1 apresenta-se uma breve caracterização da atividade económica desconformes com a REN do Município de Leiria.



Designação	Nº da Proposta de exclusão	Atividade	Localização	Conferência decisória	Área da parcela (m2)	Área licenciada (m2)	Área explorada (fora da área licenciada(m2)	Acessos	Observações
INERLIZ - UNIPESSOAL, LDA	E930	Pedreira	Coimbrão	Favorável condicionada	120.311	46.800	14.081	Arruamento público	Área do estabelecimento industrial (anexos de pedreira) incluído na área licenciada – 14. 743 m2
Avilis - Aviários do Lis, Lda.	E931; E932; E933	Avicultura	Arrabal	Favorável condicionada	22.217	0	----	Arruamento público	Exclusão dos restantes pavilhões não licenciados e condicionados por REN – Os restantes pavilhões existentes já se encontram excluídos da REN – propostas de exclusão E916 e E916A

Quadro 1- Características gerais da atividade económica, do processo RERAE do Município de Leiria.

3. PROPOSTA DE EXCLUSÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

Uma das propostas de exclusão abordadas neste capítulo é referente a uma exploração de pedreira localizada na freguesia de Coimbrão (E930) e as restantes (E931, E932 e E933) referem-se a uma avicultura, que no âmbito da 1ª alteração não viu excluídos da REN parte das suas edificações não regularizadas e condicionadas por REN

As tipologias da REN envolvidas nesta alteração são “Dunas litorais, primárias ou secundárias” e “Áreas de Máxima Infiltração”.

As propostas de exclusão encontram-se nas freguesias de Coimbrão e Arrabal.

Neste processo de alteração da delimitação da REN de Leiria, de forma a obtermos uma maior exatidão nas medições da área e a real situação procedeu-se à utilização de cartografia topográfica vetorial homologada.

3.1 - E 930- Inerliz, unipessoal, Lda. – Pedreira de areias nº. 6295 denominada “Rosa do amaral”

A proposta de exclusão da REN desta exploração pecuária incide sobre tipologia de Dunas litorais, primárias ou secundárias, numa área de 0,68ha.

A pretensão consiste na regularização de áreas já exploradas fora da poligonal licenciada, bem como a criação/ampliação de duas novas zonas de lavra, A e B (a primeira parcialmente dentro da área licenciada), de que resultará uma nova poligonal. Este projeto tem como principal objetivo assegurar a continuidade da produção das areias comuns, que atualmente extraem no local de modo a prolongar o acesso à massa mineral e assim a atividade económica da empresa.

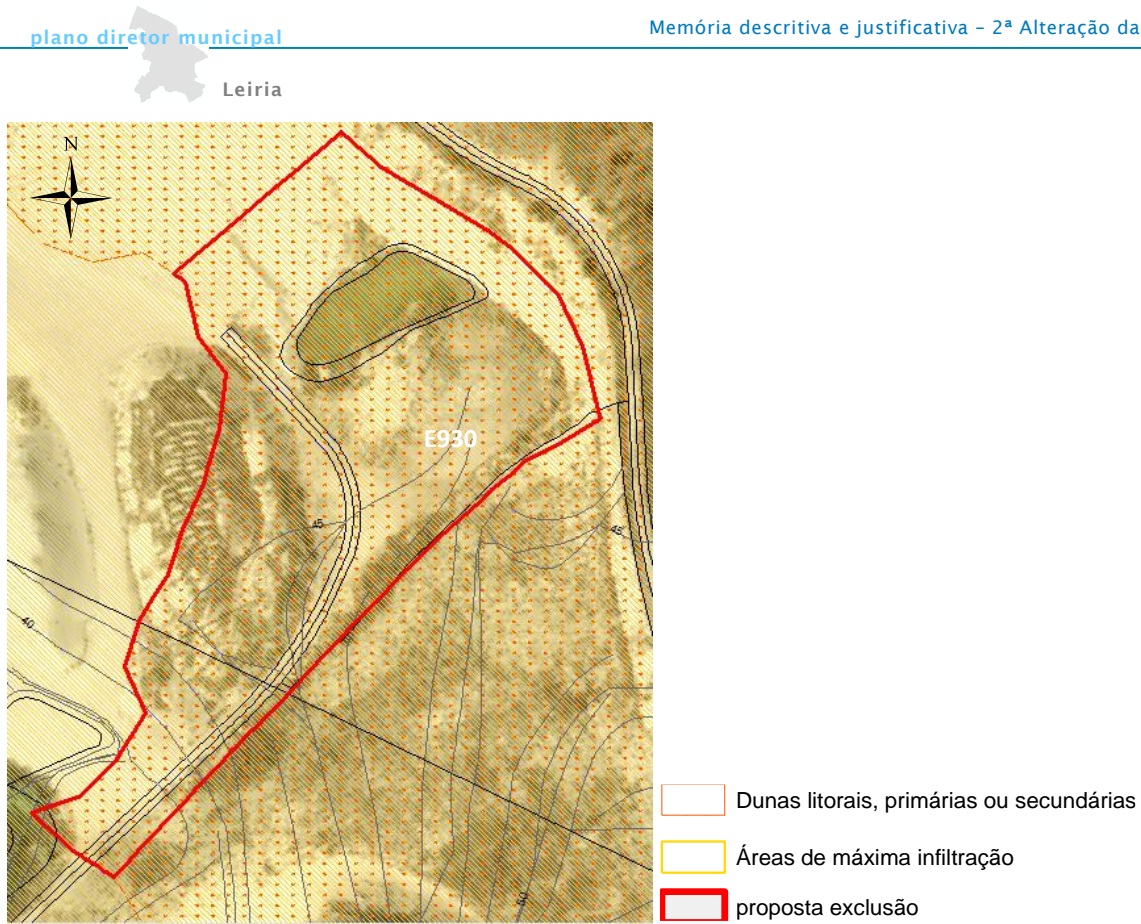


Figura 1. Extrato, sem escala, da carta da REN e área a excluir da REN (E 930)



Leiria

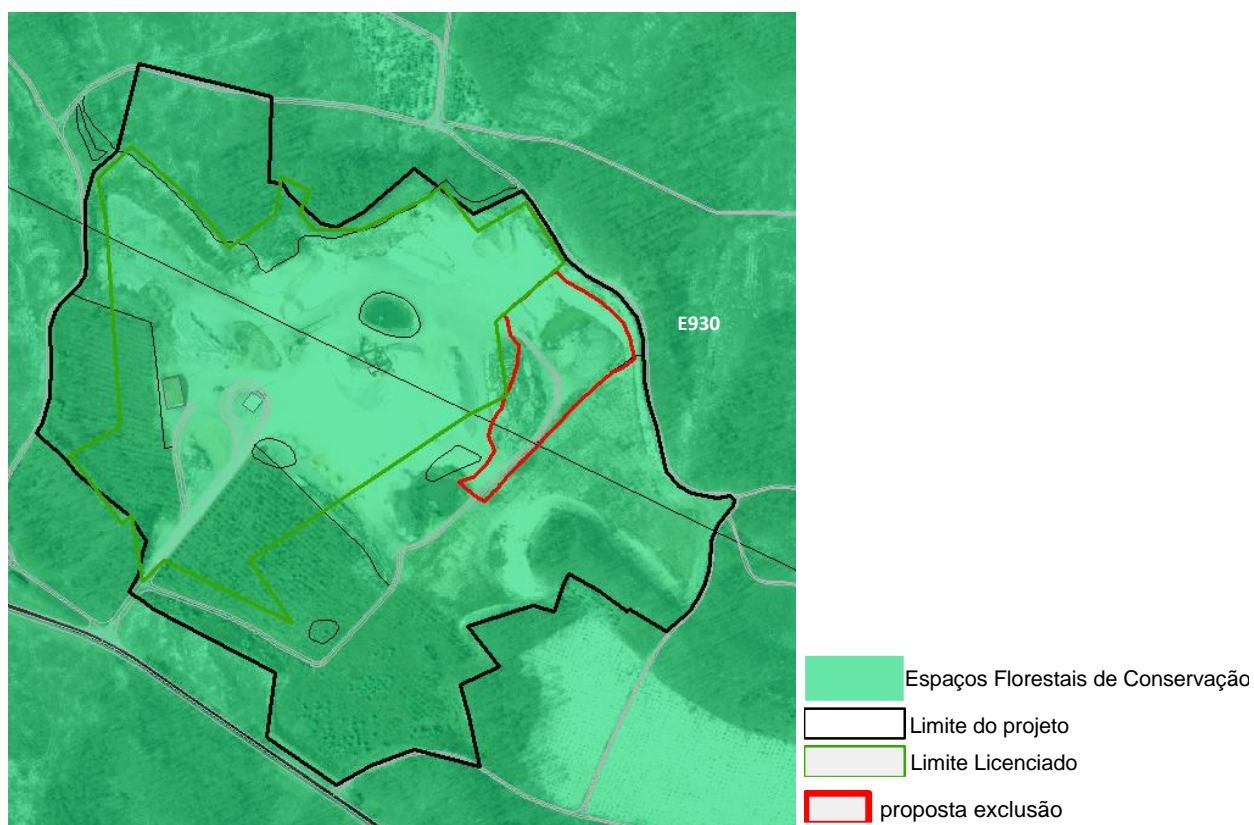


Figura 2. Extrato, sem escala, da Planta de Ordenamento (classificação e qualificação do solo) e a área a excluir da REN (E930).

Características da exploração de pedra de areias

A presente exploração de pedra de areia desenvolve a sua atividade desde 1994 sob a anterior denominação de Abílio de Sousa Moreira, Lda., operando no setor extrativo – agregados minerais quartzosos (areia fina), incluindo-se no local um estabelecimento industrial para a beneficiação e processamento desses agregados com vista à sua aplicação na construção civil e obras públicas, cargas, tintas, abrasivos, etc.

A pretensão consiste na regularização de áreas já exploradas fora da poligonal licenciada, bem com a criação/ampliação de duas novas zonas de lavra, A e B (a primeira parcialmente dentro da área licenciada), de que resultará uma nova poligonal. Este projeto tem como principal objetivo assegurar a continuidade da produção das areias comuns, que atualmente se extraem no local de modo a prolongar o acesso à massa mineral e assim a atividade económica da empresa.



De acordo com as peças escritas e desenhadas do projeto apresentado, os elementos a reter são os seguintes:

- Área do polígono licenciado da exploração –4,68 ha
- Área já explorada fora da área licenciada – 1,40 ha
- Área de lavra das duas novas áreas A e B – 1,70 ha (da qual, 0,86 ha se situa fora da área licenciada)
- Área total do Projeto atual – 12,03 ha.
- Área do estabelecimento industrial (anexos de pedreira) incluído no polígono licenciado – 1,47 ha
- O estabelecimento industrial (anexos de pedreira) é composto por unidade de lavagem e crivagem de areia, área de stock de areia lavada, e as edificações relativas às instalações sociais, ferramentaria e PT (posto de transformação), com uma área edificada de cerca de 120 m2.

Enquadramento no PDM e demais normas legais e regulamentares aplicáveis em razão do ordenamento

Apresenta-se a transcrição do enquadramento no PDM e demais normas legais e regulamentares que consta na ata da conferência decisória:

“A exploração, incluindo o estabelecimento encontra-se totalmente inserido em solo rústico, na categoria de Espaços florestais de conservação, o polígono licenciado encontra-se classificado como Pedreiras em fase de adaptação, sendo que o limite da área sul confina com a Estrada Nacional 109-9 (Estradada Desclassificada) e com conduta adutora projetada, encontra-se inserida em Áreas Complementares da Estrutura Ecológica Municipal (EEM). A área encontra-se totalmente condicionada por Reserva Ecológica Nacional (REN), na tipologia de Áreas de Máxima Infiltração (AMI) e parcialmente por Dunas Litorais, primárias ou secundárias. A área da pedreira encontra-se sobre a área percorrida por incêndio florestal de Outubro de 2017, sendo que quanto à Perigosidade de Incêndios Florestais, encontra-se parcialmente em Área Edificada Consolidada e em Espaço Florestal sob a classificação de perigosidade baixa, alta e muito alta, a área é parcialmente abrangida pela zona de proteção alargada de captação de águas subterrâneas para consumo público – captação AC11 – Coimbra- objeto da Portaria n.º 350/2015 de 13 de outubro, sendo também percorrida por duas linhas elétricas de média tensão, de acordo com plantas de ordenamento e condicionantes atualizada que compõe o PDM de Leiria, conforme cartografia apresentada e respetiva marcação acionando, direta ou indiretamente, nomeadamente os artigos 6º, 8º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 28º, 32º,39º, 61º, 62º, 63º, 137º, do regulamento do PDM.”



Atento à área a explorar se encontrar em solo condicionado por REN e em sistema ambiental na estrutura ecológica municipal em áreas complementares, será necessário apreciar o pedido com o enquadramento previsto no artigo 137º do regulamento do PDM (nº 4), o qual estabelece um regime excecional de legalização de explorações de recursos geológicos e não pelo regime normal.”

Ponderação da regularização da exploração de pedra de Areias

Para os efeitos acima referidos, foram analisados os seguintes aspetos:

- a) As medidas e os procedimentos a adotar que sejam suscetíveis de fazer cessar ou minimizar os eventuais impactos decorrentes da regularização da exploração, designadamente, em matéria de gestão ambiental;
- b) A necessidade de manutenção da atividade, por motivos de interesse económico e social;
- c) Os custos económicos, sociais e ambientais da desativação da exploração ou da cessação da atividade;
- d) A ausência de soluções alternativas que minimizem os efeitos referidos na alínea anterior e a possibilidade de adoção das medidas referidas na alínea b);
- e) A impossibilidade ou excessiva onerosidade da deslocalização da exploração para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos.

Apreciado de forma integrada, o pedido de regularização em apreço, tendo em consideração a informação disponível no processo de regularização da atividade, ponderados todos os interesses em presença, os representantes das entidades consultadas consideram que se encontram cumpridos na generalidade os princípios e normas técnicas previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis e evidenciam os interesses económicos e sociais para o município, nomeadamente:

- Pela manutenção de postos de trabalho na região que carece de oportunidades de oferta;
- Pelo valor acrescentado criado com benefícios para a região;
- Pelo facto de valorizar os materiais endógenos da região.

Bem como considerando:

- A existência de antecedentes da atividade licenciada no local desde 1994;
- A ponderação dos interesses sociais e económicos da atividade, consubstanciado no reconhecimento do interesse público municipal declarado pela Assembleia Municipal de Leiria, para regularização da ampliação (esta situação da regularização está bem explícita no documento da CM de suporte ao Reconhecimento de Interesse Público);



- O acolhimento da regularização requerida no presente procedimento, no Regime excecional de legalizações e ampliações previsto no Regulamento do PDM de Leiria, em concreto pela redação do nº 4 do seu artigo 137º.

Para os efeitos descritos na Ata da CD, a área a regularizar inserida em "Áreas de máxima infiltração" não se exclui da REN, tratando-se de uma ação que está sujeita à realização de comunicação prévia nos termos previstos no artigo 22.º do RJREN, pelo que deve proceder-se de acordo com o estipulado nos n.ºs 1 e 2 do referido artigo 22.º do RJREN.

Devendo a CM Leiria promover a **alteração da delimitação da REN** do Município de Leiria para a categoria de Dunas Costeiras e dunas fósseis/dunas costeiras interiores, nos termos do nº 2 do art.º 13º do RERAÉ.

Os restantes elementos solicitados nos demais pareceres das entidades intervenientes, que constam na ata da Conferência Decisória, deverão ser cumpridos pelo requerente, devendo fazer a sua comunicação à entidade coordenadora – a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)).

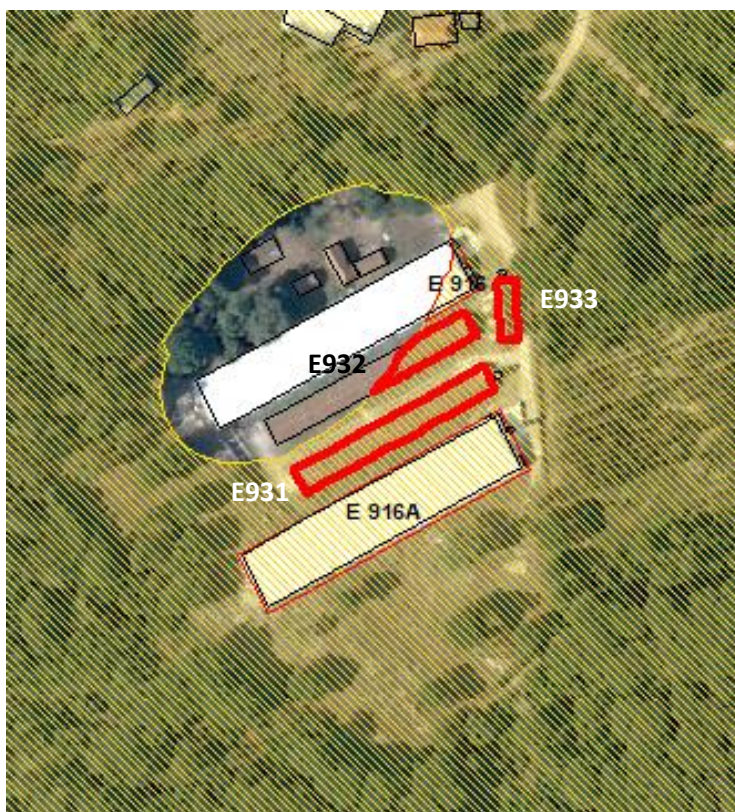
Assim, e como resultado da conferência decisória, proceder-se-á à alteração da REN e a exploração deverá enquadrar-se no regulamento do PDM e dar cumprimento ao preconizado nos pareceres emitidos pelas diversas entidades, anexos à ata da conferência decisória, nomeadamente ao necessário para o processo de alteração da REN.



3.2 - E 931, E 932 E E 933 - AVILIS – AVIÁRIOS DO LIS, LDA.

As propostas de exclusão desta exploração incidem sobre a tipologia REN Áreas de máxima infiltração numa área de 0,08ha, e é relativa aos edifícios a licenciar e que por lapso, no cruzamento da informação existente, não foram incluídos na 1ª alteração da delimitação da REN do município de Leiria. Alteração esta que foi elaborada para cumprimento do nº 2 do artigo 13º do RERAE.

Esta situação deveu-se a uma interpretação de uma planta que se encontrava incorreta, pois na ata da conferência decisória é referido que “...com efeito, o edificado da exploração apresenta-se com a **área de implantação e de construção aproximado de 4.157 m², totalmente a legalizar. Mesmo não estando todo o edificado da exploração condicionado por REN, os pavilhões M4 e M3 encontram-se totalmente condicionados por REN havendo por isso uma área de regularização em REN superior a 2000 m²...**”



Áreas de máxima infiltração

 Proposta de exclusão

 Pedidos de exclusão da REN (1ª alteração da delimitação da REN de Leiria, publicada pelo Aviso nº 4221/2020, de 11 de março)

Figura 4. Extrato, sem escala, da carta da REN e área a excluir da REN (E 931, 932 e 933)

(Imagem aérea de 2018 e polígonos das construções da cartografia 1:10000 – homologada pela DGT em 2020)



Leiria

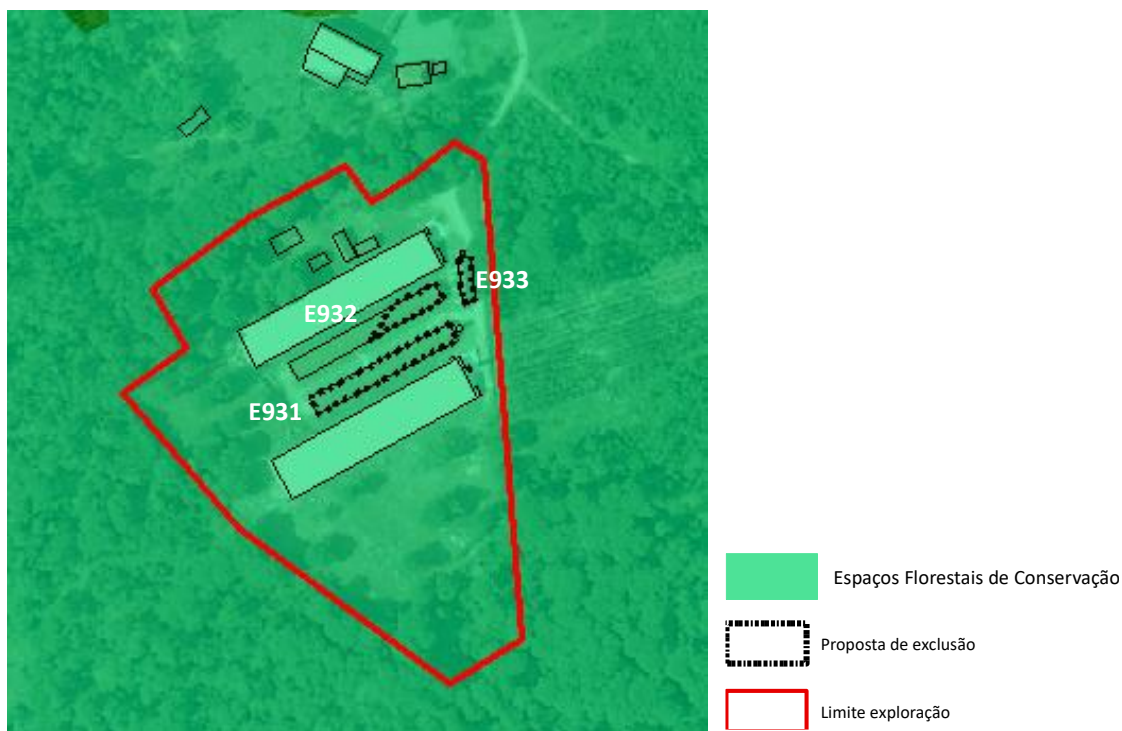


Figura 5. Extrato, sem escala, da Planta de Ordenamento (classificação e qualificação do solo) e área a excluir da REN (E 916)

Características da exploração pecuária

A exploração em causa localiza-se na Freguesia de Arrabal, é constituída por um conjunto de edificações destinadas à atividade – 4 pavilhões com uma área de construção aproximado de 4137 m², edifícios de apoio, silos, gerador, compressor, fossas, 3 edificações caracterizadas como desativadas e muros de vedação, carecendo de regularização da totalidade da exploração (Figura 6).

A área da parcela é de aproximadamente 22 000 m², a área de construção e de implantação é igual e já foi referida anteriormente (4137m²).

A exploração não tem lugares de estacionamento definidos e apresenta uma área impermeabilizada de 4367 m², sendo que a cércea nos vários pavilhões varia entre os 2,80m e 4,50 metros.

Não haverá necessidade de movimentos de terras pois já se encontra tudo construído.

Enquadramento no PDM de demais normas legais e regulamentares aplicáveis em razão do ordenamento



Apresenta-se a transcrição do enquadramento no PDM e demais normas legais e regulamentares que consta na ata da conferência decisória:

“As edificações da exploração pecuária implantam-se em solo rural, em espaços florestais de conservação, parcialmente condicionado por Reserva Ecológica Nacional (REN) na categoria de Áreas de Máxima Infiltração, em áreas de risco de uso do solo/ perigosidade de incêndios florestais em área edificada consolidada conforme PMDFCI, em área de sensibilidade arqueológica – Povo da Martinela, na sua totalidade em estrutura ecológica municipal em áreas complementares, de acordo com plantas de ordenamento e condicionantes atualizada que compõe o PDM de Leiria, conforme cartografia apresentada e respetiva marcação acionando direta ou indiretamente, nomeadamente os artigos 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 25.º, 26.º, 39.º, 40.º, 49.º, 61.º, 62.º, 63.º, 111.º, 136.º, 140.º, e 141.º do regulamento do PDM.

Em face da realidade edificada, conforme elementos instruídos para a pretensão, atento a exploração estar implantada em sistema ambiental na estrutura ecológica municipal, atentas as disposições constantes dos artigos 39.º, 40.º, 49.º, 61.º, 62.º, 63.º e 136.º do RPDM será necessário apreciar o pedido com o enquadramento previsto no artigo 136.º do regulamento do PDM, o qual estabelece um regime excepcional de legalização de explorações pecuárias.

“Encontrando-se a exploração localizada em área de sensibilidade arqueológica – Povo da Martinela, Leiria, foi solicitado parecer da Direção Regional da Cultura do Centro, tendo aquela entidade informado que, considerando que o território de implantação da empresa em referência não se encontra inserido em zona classificada, em vias de classificação ou zona de proteção assim como o processo de regularização da atividade económica não envolverá qualquer tipo de remoção de terras, o assunto não carece de parecer por parte daqueles serviços.”

Ponderação da regularização da atividade pecuária

Para os efeitos acima referidos, foram analisados os seguintes aspetos:

- a) Os impactos da manutenção da atividade, na perspetiva do ordenamento do território, da segurança de pessoas e bens, dos regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais e culturais, bem como dos interesses públicos subjacentes à versão administrativa ou restrição de utilidade pública em causa;
- b) As medidas e os procedimentos a adotar que sejam suscetíveis de fazer cessar ou minimizar os eventuais impactos decorrentes da regularização da exploração, designadamente, em matéria de gestão ambiental;
- c) A necessidade de manutenção da atividade, por motivos de interesse económico e social;
- d) Os custos económicos, sociais e ambientais da desativação da exploração ou da cessação da atividade;



- e) A ausência de soluções alternativas que minimizem os efeitos referidos na alínea anterior e a possibilidade de adoção das medidas referidas na alínea b);
- f) A impossibilidade ou excessiva onerosidade da deslocalização da exploração para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos.

Face à análise conjunta dos aspetos atrás enumerados foi considerado:

- A restrição de utilização pública REN passou a condicionar o local a partir da aprovação da sua delimitação pela publicação da Portaria nº 26/2016 de 15 fevereiro, alterada de acordo com o Despacho nº 6692/2019, de 26 de julho;
- A exploração em apreço encontra-se integrada com as restantes explorações da mesma empresa, sendo o local onde se procede à criação de aves de recria, futuras reprodutoras, que servem para povoar as 4 explorações de galinhas reprodutoras a jusante do ciclo de produção;
- Os investimentos efetuados no edificado da instalação pecuária, existente desde 1970, visaram criar condições em termos de estruturas e infra- estruturas tendo em vista o reforço da produção e de funcionamento da exploração pecuária;
- O uso pretendido é compatível com o local onde se insere;
- A empresa apresenta um volume de negócios significativo, sendo geradora de emprego, existindo interesse na manutenção da sua atividade, quer sob o ponto de vista económico quer social;
- A deslocalização não se apresenta como uma solução exequível, atendendo à dificuldade de obtenção de soluções alternativas e aos elevados custos que comportaria.

Os restantes elementos solicitados nos demais pareceres das entidades intervenientes, que constam da ata da Conferência Decisória, deverão ser cumpridos pelo requerente, devendo fazer a sua comunicação à entidade coordenadora – a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP-C).

Assim, e como resultado da conferência decisória, proceder-se-á à alteração da REN e a exploração deverá enquadrar-se no regulamento do PDM e dar cumprimento ao preconizado nos pareceres emitidos pelas diversas entidades anexas à ata da conferência decisória, nomeadamente no necessário para o processo de alteração da REN.



4. DECLARAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, SUPOSTADA EM INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE ATESTE A CONFORMIDADE DAS PRETENSÕES COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR.

As atividades económicas caracterizadas e consideradas para esta alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) têm, enquadramento no instrumento de gestão territorial em vigor (PDM de Leiria).

Com a 3ª alteração ao PDM de Leiria, foi introduzido no Regulamento o articulado que veio dar enquadramento a um conjunto de atividade económicas existentes de forma a garantir ganhos ambientais, paisagísticos e de ordenamento do território, para além de impulsionar o desenvolvimento da economia local e regional, designadamente a regularização/ampliação e/ou alteração das atividades económicas, com enquadramento no Regime Extraordinário da Regularização das Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, cuja conferência decisória tenha uma deliberação favorável ou favorável condicionada.

Os casos abordados nesta alteração, encontram enquadramento no regulamento do PDM de Leiria, republicado pelo Aviso n.º 4564/2022, de 3 de março, nomeadamente no nº 8 do artigo 136º (Avilis) e nº 4 do artigo 137º (Inerliz).

Artigo 136.º

Explorações pecuárias

1 — No solo urbano as instalações afetas às explorações pecuárias incluindo a detenção caseira, podem ser objeto de regularização, alteração bem como de ampliação, quando esteja em causa a garantia das condições higienossanitárias e de bem-estar animal, ou para garantia dos requisitos legais de funcionamento da atividade existente, devendo cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- a) A atividade seja anterior à data da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal ocorrida em 4 de setembro de 1995, a comprovar mediante documento adequado para o efeito;*
- b) Tenham acionado o regime excecional de regularização previsto no Regime do Exercício da Atividade pecuária, com exceção das detenções caseiras que não estão sujeitas ao regime excecional;*



- c) *Garantir a correta integração visual e paisagística dos estabelecimentos ou atividades em causa, na categoria ou subcategoria de uso do solo em que se inserem, nomeadamente através do condicionamento dos tipos de materiais e da gama de cores a utilizar nas componentes que interfiram com o seu aspeto exterior;*
- d) *Garantir o controlo dos efluentes e de quaisquer outros efeitos nocivos nas condições ambientais;*
- e) *Garantir a segurança de pessoas e bens, quer no interior das áreas onde se localiza as instalações ou atividades, quer nas áreas da envolvente exterior com que a atividade possa interferir;*
- f) *Garantir a não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e a segurança na circulação nas vias públicas de acesso às instalações ou atividades situadas nas suas proximidades;*
- g) *Implementar cortina arbórea/arbustiva tendo espessura e altura que minimize o impacte visual na envolvente, sem prejuízo da circulação de veículos de emergência, à exceção de situações devidamente fundamentadas;*
- h) *Afastamento mínimo de 50 metros a edificações existentes destinadas a equipamentos de utilização coletiva, designadamente no domínio da saúde, da educação e da segurança social;*
- i) *O enquadramento de uma pretensão ao abrigo deste regime determina, a interdição de nova regularização e ou ampliação na vigência do Plano, com exceção dos edifícios e equipamentos/infraestruturas que se destinem a garantir a sustentabilidade ambiental da exploração.*

2 — *O disposto na alínea g) do número anterior não dispensa o cumprimento das distâncias de proteção a infraestruturas existentes do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Lis.*

3 — *Para efeitos do previsto no n.º 1 do presente artigo, considera -se o efetivo pecuário/capacidade instalada declarado em processo de regularização do Regime do Exercício da Atividade Pecuária, com exceção das detenções caseiras que não estão sujeitas ao regime excecional.*

4 — *O disposto no n.º 1 do presente artigo não se aplica às categorias de espaços verdes e espaços de uso especial, delimitadas na Planta de Ordenamento.*

5 — *Não obstante o referido nos números anteriores deverá promover -se a relocalização das explorações pecuárias para os espaços agrícolas e espaços florestais, podendo nestes casos o Município admitir um índice máximo de utilização de 0,45, desde que respeitem os restantes parâmetros urbanísticos previstos para estes espaços.*

6 — *No solo rústico as instalações afetas às explorações pecuárias e a detenção caseira, existentes à data de entrada do presente Plano, podem ser objeto de regularização, alteração bem como de ampliação, quando esteja em causa a garantia das condições higienossanitárias e de bem-estar animal, ou para garantia dos requisitos legais de funcionamento da atividade ou para possibilitar a sua viabilidade económica, devendo cumprir as seguintes condições:*

- a) *Altura máxima da fachada — 9 metros, ou superior no caso de instalações técnicas devidamente justificadas inerentes ao funcionamento da atividade;*



- b) *Garantir a ligação dos efluentes líquidos a sistemas de tratamento e recolha adequados, quando existentes, ou, quando tal não suceda, devem garantir sistemas autónomos ambientalmente sustentáveis;*
- c) *Não podem estar inseridas na categoria de espaços naturais e paisagísticos, delimitados na Planta de Ordenamento;*
- d) *O enquadramento de uma pretensão ao abrigo deste regime determina, a interdição de nova regularização e ou ampliação na vigência do Plano, com exceção dos edifícios e equipamentos/infraestruturas que se destinem a garantir a sustentabilidade ambiental da exploração.*

7 — Para efeitos do disposto no presente artigo, são também consideradas as explorações pecuárias que alteraram a espécie animal.

8 — As atividades económicas que recorreram ao regime extraordinário de regularização de atividades económicas, estabelecido no Decreto -Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro, e consecutivas alterações, e que tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada em sede de conferência decisória, ficam dispensadas do cumprimento das disposições regulamentares constantes do presente regulamento em subsequente operação urbanística, nos termos definidos nas respetivas atas das conferências decisórias.

Artigo 137.º

Outros usos ou atividades

1 — As atividades e as edificações anteriores à data da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal ocorrida em 4 de setembro de 1995, não contemplados nos artigos 135.º e 136.º, podem ser objeto de regularização, quando esteja em causa a garantia das condições de habitabilidade, segurança e salubridade ou para garantia dos requisitos legais de funcionamento das atividades, devendo cumprir as seguintes condições:

- a) *A altura máxima da fachada e ou o número máximo de pisos são os previstos para cada categoria e subcategoria ou os existentes na envolvente mais próxima, com a qual se tem de harmonizar, com exceção das situações devidamente justificadas por necessidades de instalações técnicas;*
- b) *Garantir a correta integração visual e paisagística dos estabelecimentos ou atividades em causa, na categoria ou subcategoria de uso do solo em que se inserem, nomeadamente através do condicionamento dos tipos de materiais e da gama de cores a utilizar nas componentes que interfiram com o seu aspeto exterior;*
- c) *Não impliquem o agravamento das desconformidades urbanísticas com as regras do presente Plano;*
- d) *Garantir a não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e a segurança na circulação nas vias públicas de acesso às instalações ou atividades situadas nas suas proximidades;*
- e) *Seja dado cumprimento às regras sobre a salvaguarda ambiental e urbanísticas constantes no presente Regulamento.*

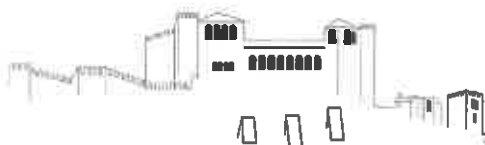


2 — As operações de gestão de resíduos e as explorações de recursos geológicos, anteriores à data da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal ocorrida em 4 de setembro de 1995, podem ser objeto de regularização, alteração e ampliação, que garanta a manutenção desse uso, desde que cumpram com as seguintes condições:

- a) Garantir a correta integração visual e paisagística dos estabelecimentos ou atividades em causa, na categoria ou subcategoria de uso do solo em que se inserem, nomeadamente através do condicionamento dos tipos de materiais e da gama de cores a utilizar nas componentes que interfiram com o seu aspeto exterior;
- b) Garantir o controlo dos efluentes e de quaisquer outros efeitos nocivos nas condições ambientais;
- c) Garantir a segurança de pessoas e bens, quer no interior das áreas onde se localiza as instalações ou atividades, quer nas áreas da envolvente exterior com que a atividade possa interferir;
- d) Garantir a não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e a segurança na circulação nas vias públicas de acesso às instalações ou atividades situadas nas suas proximidades;
- e) Sempre que possível as explorações de recursos geológicos devem garantir uma cortina/ ecrã arbóreo de absorção visual com tratamento paisagístico adequado, com espécies autóctones e mantendo de preferência a vegetação natural nos limites das explorações quando contíguas com perímetros urbanos;
- f) É interdita a regularização, alteração e ampliação no solo urbano, com exceção das operações de gestão de resíduos as quais são permitidas na área industrial e armazenagem;
- g) É permitida a regularização, alteração e ampliação no solo rústico, com exceção dos espaços naturais e paisagísticos e espaços florestais de conservação.

3 — O enquadramento de uma pretensão ao abrigo deste regime determina, a interdição de nova regularização e ou ampliação na vigência do Plano, com exceção dos edifícios e equipamentos/ infraestruturas que se destinem a garantir a sustentabilidade ambiental.

4 — As atividades económicas que recorrerem ao regime extraordinário de regularização de atividades económicas, estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro, e consecutivas alterações, e que tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada em sede de conferência decisória, ficam dispensadas do cumprimento das disposições regulamentares constantes do presente regulamento em subsequente operação urbanística, nos termos definidos nas respetivas atas das conferências decisórias.



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Desenvolvimento Territorial

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Declaração

Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, dando cumprimento às deliberações das reuniões de câmara de 1 de setembro de 2015 e de 9 de janeiro de 2018 e com base nas informações técnicas presentes nas reuniões, declara que:

1.

A pretensão formulada pela Avilis- Avilários do Lis, Lda., contribuinte n.º 510988199, com sede em Casalito – Amor, no âmbito do RERAE, tem enquadramento no PDM de Leiria, publicado no Diário da República n.º 44, 2ª série, de 3 de março de 2022, no n.º 8 do artigo 136º do regulamento:

Artigo 136.º

Explorações pecuárias

1 — No solo urbano as instalações afetas às explorações pecuárias incluindo a detenção caseira, podem ser objeto de regularização, alteração bem como de ampliação, quando esteja em causa a garantia das condições higienossanitárias e de bem-estar animal, ou para garantia dos requisitos legais de funcionamento da atividade existente, devendo cumprir cumulativamente as seguintes condições:

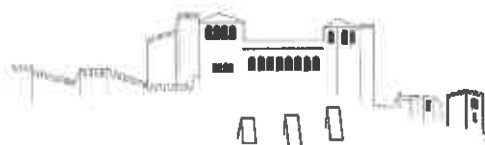
- a) A atividade seja anterior à data da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal ocorrida em 4 de setembro de 1995, a comprovar mediante documento adequado para o efeito;*
- b) Tenham acionado o regime excecional de regularização previsto no Regime do Exercício da Atividade pecuária, com exceção das detenções caseiras que não estão sujeitas ao regime excecional;*
- c) Garantir a correta integração visual e paisagística dos estabelecimentos ou atividades em causa, na categoria ou subcategoria de uso do solo em que se inserem, nomeadamente através do condicionamento dos tipos de materiais e da gama de cores a utilizar nas componentes que interferem com o seu aspeto exterior;*
- d) Garantir o controlo dos efluentes e de quaisquer outros efeitos nocivos nas condições ambientais;*
- e) Garantir a segurança de pessoas e bens, quer no interior das áreas onde se localiza as instalações ou atividades, quer nas áreas da envolvente exterior com que a atividade possa interferir;*
- f) Garantir a não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e a segurança na circulação nas vias públicas de acesso às instalações ou atividades situadas nas suas proximidades;*
- g) Implementar cortina arbórea/arbustiva tendo espessura e altura que minimize o impacto visual na envolvente, sem prejuízo da circulação de veículos de emergência, à exceção de situações devidamente fundamentadas;*
- h) Afastamento mínimo de 50 metros a edificações existentes destinadas a equipamentos de utilização coletiva, designadamente no domínio da saúde, da educação e da segurança social;*
- i) O enquadramento de uma pretensão ao abrigo deste regime determina, a interdição de nova regularização e ou ampliação na vigência do Plano, com exceção dos edifícios e equipamentos/infraestruturas que se destinem a garantir a sustentabilidade ambiental da exploração.*

2 — O disposto na alínea g) do número anterior não dispensa o cumprimento das distâncias de proteção a infraestruturas existentes do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Lis.

3 — Para efeitos do previsto no n.º 1 do presente artigo, considera -se o efetivo pecuário/capacidade instalada declarado em processo de regularização do Regime do Exercício da Atividade Pecuária, com exceção das detenções caseiras que não estão sujeitas ao regime excecional.

4 — O disposto no n.º 1 do presente artigo não se aplica às categorias de espaços verdes e espaços de uso especial, delimitadas na Planta de Ordenamento.

5 — Não obstante o referido nos números anteriores deverá promover -se a realocação das explorações pecuárias para os espaços agrícolas e espaços florestais, podendo nestes casos o Município admitir um



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Desenvolvimento Territorial

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Índice máximo de utilização de 0,45, desde que respeitem os restantes parâmetros urbanísticos previstos para estes espaços.

6 — No solo rústico as instalações afetas às explorações pecuárias e a detenção caseira, existentes à data de entrada do presente Plano, podem ser objeto de regularização, alteração bem como de ampliação, quando esteja em causa a garantia das condições higienossanitárias e de bem-estar animal, ou para garantia dos requisitos legais de funcionamento da atividade ou para possibilitar a sua viabilidade económica, devendo cumprir as seguintes condições:

a) Altura máxima da fachada — 9 metros, ou superior no caso de instalações técnicas devidamente justificadas inerentes ao funcionamento da atividade;

b) Garantir a ligação dos efluentes líquidos a sistemas de tratamento e recolha adequados, quando existentes, ou, quando tal não suceda, devem garantir sistemas autónomos ambientalmente sustentáveis;

c) Não podem estar inseridas na categoria de espaços naturais e paisagísticos, delimitados na Planta de Ordenamento;

d) O enquadramento de uma pretensão ao abrigo deste regime determina, a interdição de nova regularização e ou ampliação na vigência do Plano, com exceção dos edifícios e equipamentos/Infraestruturas que se destinem a garantir a sustentabilidade ambiental da exploração.

7 — Para efeitos do disposto no presente artigo, são também consideradas as explorações pecuárias que alteraram a espécie animal.

8 — As atividades económicas que recorreram ao regime extraordinário de regularização de atividades económicas, estabelecido no Decreto -Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro, e consecutivas alterações, e que tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada em sede de conferência decisória, ficam dispensadas do cumprimento das disposições regulamentares constantes do presente regulamento em subsequente operação urbanística, nos termos definidos nas respetivas atas das conferências decisórias.

2.

A pretensão formulada por Inerliz Unipessoal, Lda, contribuinte nº 501910689, com sede em Bldoelra de Cima, no âmbito do RERAE, tem enquadramento no PDM de Leiria, publicado no Diário da República nº 44, 2ª série, de 3 de março de 2022, no nº 4 do artigo 137º do regulamento do PDM:

Artigo 137.º

Outros usos ou atividades

1 — As atividades e as edificações anteriores à data da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal ocorrida em 4 de setembro de 1995, não contemplados nos artigos 135.º e 136.º, podem ser objeto de regularização, quando esteja em causa a garantia das condições de habitabilidade, segurança e salubridade ou para garantia dos requisitos legais de funcionamento das atividades, devendo cumprir as seguintes condições:

a) A altura máxima da fachada e ou o número máximo de pisos são os previstos para cada categoria e subcategoria ou os existentes na envolvente mais próxima, com a qual se tem de harmonizar, com exceção das situações devidamente justificadas por necessidades de instalações técnicas;

b) Garantir a correta integração visual e paisagística dos estabelecimentos ou atividades em causa, na categoria ou subcategoria de uso do solo em que se inserem, nomeadamente através do condicionamento dos tipos de materiais e da gama de cores a utilizar nas componentes que interfiram com o seu aspeto exterior;

c) Não impliquem o agravamento das desconformidades urbanísticas com as regras do presente Plano;

d) Garantir a não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e a segurança na circulação nas vias públicas de acesso às instalações ou atividades situadas nas suas proximidades;

e) Seja dado cumprimento às regras sobre a salvaguarda ambiental e urbanísticas constantes no presente Regulamento.

2 — As operações de gestão de resíduos e as explorações de recursos geológicos, anteriores à data da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal ocorrida em 4 de setembro de 1995, podem ser objeto de



5. SÍNTESE DA ÁREA DE RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL ALTERADA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DA ALTERAÇÃO DA REN

De modo a proceder ao enquadramento da proposta da alteração da REN, no âmbito do RERAE, apresentam-se seguidamente os quadros 2 (5.1) e 3 (2.2.1), que constam da Memória Descritiva e Justificativa da Delimitação (MDJ) da Reserva Ecológica Nacional do Município de Leiria, elaborada no âmbito da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Leiria e aprovada através da Portaria nº 26/2016 de 15 fevereiro, com as correções efetuadas no âmbito da proposta apresentada.

Quadro 2. Proposta de áreas a excluir da Reserva Ecológica Nacional

Nº de Ordem	Superfície (ha)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese de fundamentação	Uso atual do Solo	Uso proposto
E 930	0,68	Dunas litorais, primárias ou secundárias	Exploração de recursos geológicos	Cumprimento do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de junho, referente ao processo de regularização da atividade económica, que obteve Deliberação Favorável Condicionada na Conferência Decisória.	Espaços Florestais de Conservação	Espaços Florestais de Conservação
E931	0,05	Áreas de máxima infiltração	Exploração pecuária e agrícola	Cumprimento do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de junho, referente ao processo de regularização da atividade económica, que obteve Deliberação Favorável Condicionada na Conferência Decisória.	Espaços Florestais de Conservação	Espaços Florestais de Conservação
E932	0,02	Áreas de máxima infiltração	Exploração pecuária e agrícola	Cumprimento do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de junho, referente ao processo de regularização da atividade económica, que obteve Deliberação Favorável Condicionada na Conferência Decisória.	Espaços Florestais de Conservação	Espaços Florestais de Conservação
E933	0,01	Áreas de máxima infiltração	Exploração pecuária e agrícola	Cumprimento do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de junho, referente ao processo de regularização da atividade económica, que obteve Deliberação Favorável Condicionada na Conferência Decisória.	Espaços Florestais de Conservação	Espaços Florestais de Conservação

**Quadro 3. Quadro síntese das áreas incluídas em REN, por tipologia**

Tipologias da REN	Superfície (ha)	% Superfície do concelho
Áreas de Máxima Infiltração (AMI) (insignificante que não influencia o valor percentual)	3692,148	6,64
AMI + ARE	1767,6	3,18
AMI + DUNAS + FPL	11,0	0,02
AMI + DUNAS + LCA	6,0	0,01
AMI + FPE	1,8	0,003
AMI + LCA	56,0	0,10
AMI + LCA + ZAC	8,0	0,01
AMI + ZAC	51,0	0,09
Áreas com Risco de Erosão (ARE)	4791,803	8,62
ARE + CLA	36,0	0,06
Cabeceiras das Linhas de Água (CLA)	569,0	1,02
CLA + LCA	30,0	0,05
Dunas	3,32	0,01
DUNAS + AMI (insignificante que não influencia o valor percentual)	4000,0	7,19
ESCARPAS + ARE	5,0	0,01
Faixa Marítima	4617,81	8,30
Faixa Marítima + Praia	90,4	0,16
Faixa de Proteção de Escarpas (FPE)	7,684	0,01
FPE + ARE	41,0	0,07
FPE + ARE + AMI	3,0	0,01
FPE + ZAC + LCA	3,0	0,01
Faixa de Proteção de Lagoas (FPL)	11,0	0,02
LAGOAS	22,0	0,04
Leitos dos Cursos de Água (LCA)	361,972	0,65
LCA + ZAC	404,693	0,73
Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC)	2754,28	4,95
Total de REN	23.345,51	41,98
Total de REN (não considerando a área imersa)	18.728,44	33,68
Área do Concelho	55.609,00	100

Quanto aos pedidos de exclusão relacionados com a proposta de alteração da REN por forma a dar enquadramento ao previsto no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 21/2016 de 19 de julho foi considerado como Áreas destinadas à satisfação de carências existentes e reflete-se do seguinte modo:

- A tipologia de Dunas sofre uma diminuição de área 0,68 ha;



- A tipologia de Áreas de Máxima Infiltração vê a sua área a diminuir 0,08 ha;

Da observação do quadro acima, constata-se que a área da REN que, não considerando a parte imersa (faixa marítima) ocupa 18.728,46 ha que corresponde a 33,68% da área total do concelho de Leiria, não se alterou de forma expressiva com as presentes propostas de exclusão (que corresponde a uma exploração de areias e a uma exploração pecuária).

Note-se que apenas se pretende excluir cerca de 0,76 ha do total da REN, que corresponde a 0.004% da área total da REN (sem a área imersa) do concelho de Leiria.

O quadro seguinte ilustra o somatório das áreas que se propõe excluir por tipologia, bem como as percentagens que estas representam.

(A atualizar aquando processo para publicação)

Quadro 4. Quadro síntese das áreas a excluir, por tipologia

	Áreas efetivamente já comprometidas			Áreas a excluir para satisfação de carências existentes		
	Superfície (ha)	% Referente à tipologia	% Da superfície do concelho	Superfície (ha)	% Referente à tipologia	% Superfície do concelho
<u>AMI</u>	-	-	-	0,08	0,002	
<u>Dunas</u>	-	-	-	0,68	17	
TOTAL	-	-	-	<u>0,76</u>		



6. CONCLUSÃO

Os elementos apresentados e analisados demonstram que a ocupação existente e prevista, salvaguarda a preservação dos valores e recursos naturais fundamentais que a REN pretende proteger e a prevenção de riscos para pessoas e bens.

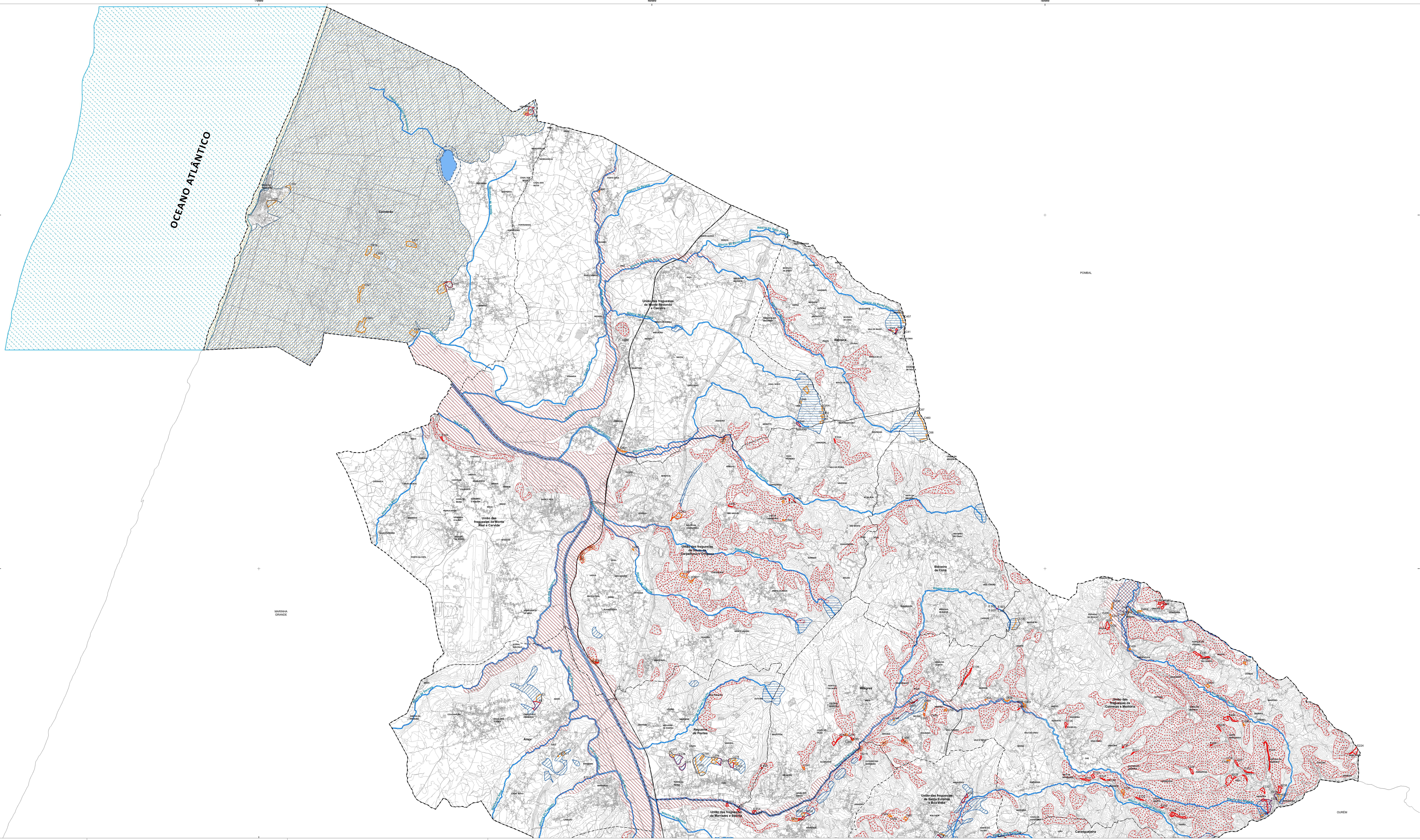
Pretende-se promover a adequação das atividades económicas no local onde se localizam, dado que se torna difícil arranjar uma alternativa de localização.

Estas atividades pretendem regularizar a sua situação no local onde se inserem numa perspetiva de futuro, por essa razão não podemos apenas restringir-nos às áreas não licenciadas, mas sim a atender à área que permite a laboração da atividade a longo prazo, pois são atividades do solo rural.

Serão anexadas ao presente documento, as atas das Conferências Decisórias e os respetivos pareceres; as Declarações de Reconhecido Interesse Público; as Plantas de Implantação e o processo instruído no âmbito do RERAE.



ANEXOS



Legenda
Tipologias da Reserva Ecológica Nacional (REN)

- Cabeceiras das linhas de água
- Dunas litorais, primárias ou secundárias
- Falésias e escarpas
- Faixa de proteção de escarpas
- Faixa de proteção de lagoas
- Faixa marítima
- Lagos
- Leteiras dos cursos de água
- Praias
- Zonas ameaçadas pelas cheias
- Áreas com riscos de erosão
- Áreas de máxima infiltração

Propostas de exclusão de áreas da REN

- Exclusão para a satisfação de carências
- Exclusão por compromisso

CAOP 2020

- Limite de concelho
- Limite de freguesia

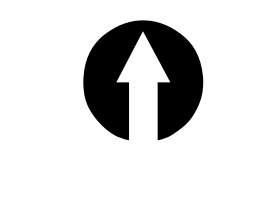
CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

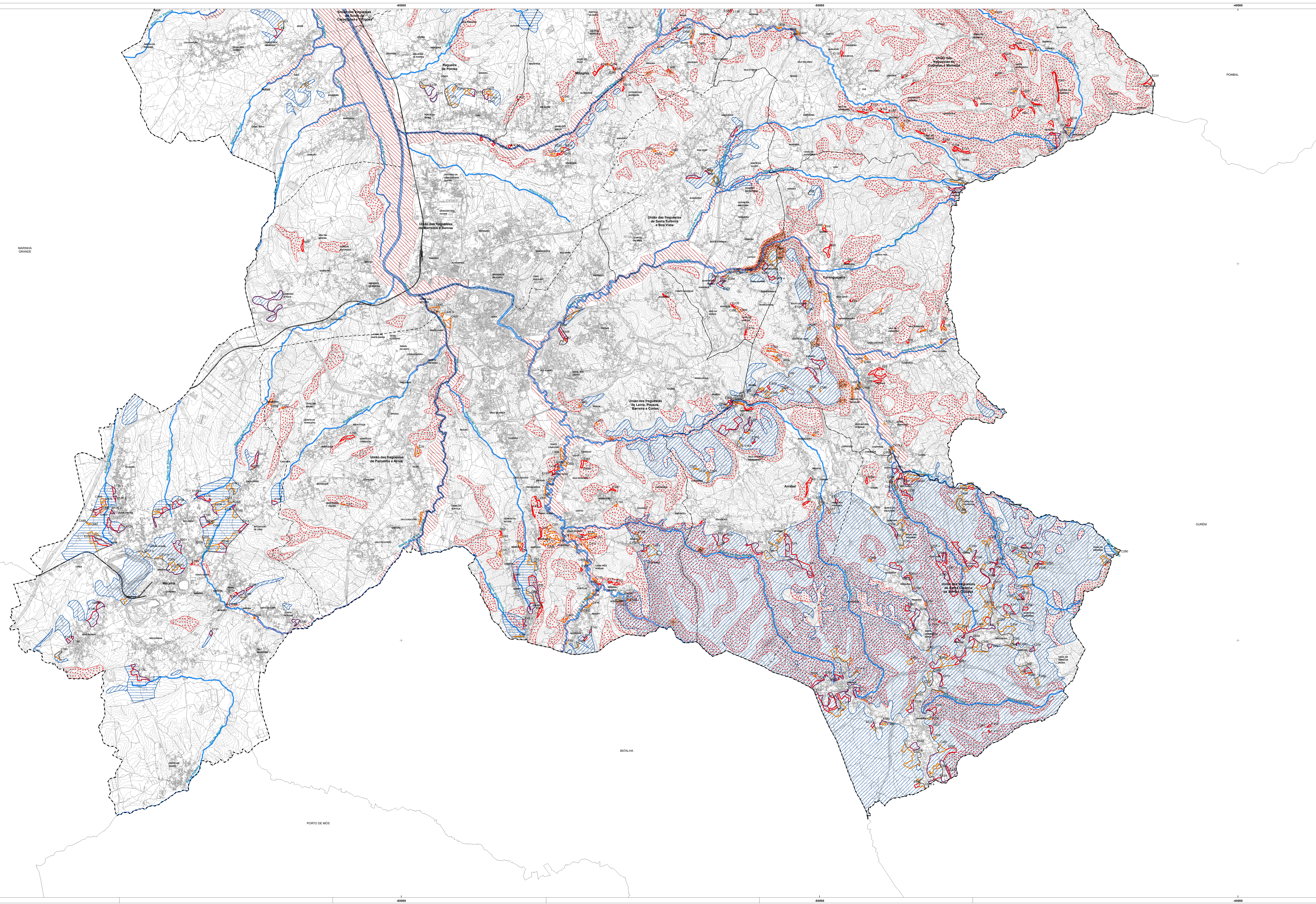
PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA REN DO MUNICÍPIO DE LEIRIA

DATA	ESCALA	FOLHA Nº
JUNHO 2022	1:25.000	2.1A

Entidade Proprietária da Cartografia: Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
 Entidade Produtora e data de edição da Cartografia: Sotaris, Lda, Data Vis: 31-08-2018

Sistema Cartográfico Oficial: 110000
 Data, Nº, de Homologação e Entidade Responsável: 11/09/2020, Processo de homologação: n.º 674 da Direção Geral do Território
 Sistema de Referência Datum e Sistema de Projeção Cartográfica: PT-TM 06UTRS89; Projeção: Transversa Mercator
 Exatidão posicional e temática: Melhor ou igual a 1.5m (EMQ) em planimetria e 1.7m (EMQ) em altimetria





- Legenda**
- Tipologias da Reserva Ecológica Nacional (REN)**
- Cabeceiras das linhas de água
 - Dunas litorais, primárias ou secundárias
 - Escarpas
 - Faixa de proteção de escarpas
 - Faixa de proteção de lagoas
 - Faixa marítima
 - Lagos
 - Leitos dos cursos de água
 - Praias
 - Zonas ameaçadas pelas cheias
 - Áreas com riscos de erosão
 - Áreas de máxima infiltração
- Propostas de exclusão de áreas da REN**
- Exclusão para a satisfação de carências
 - Exclusão por compromisso
- CAOP 2020**
- Limite de concelho
 - Limite de freguesia

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA REN DO MUNICÍPIO DE LEIRIA

data	escala	folha nº
JUNHO 2022	1:25.000	2.18

Entidade Proprietária da Cartografia: Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
 Entidade Produtora e data de edição da Cartografia: Sotaris, Lda. Data Vis: 31-08-2018

Sistema Cartográfico Oficial: 110000

Data, Nº. de Homologação e Entidade Responsável: 11/09/2020; Processo de homologação: n.º 674 da Direção Geral do Território
 Sistema de Referência Datum e Sistema de Projeção Cartográfica: PT-TM 06UTRS89; Projeção: Transversa Mercator
 Exatidão posicional e temática: Melhor ou igual a 1.5m (EMQ) em planimetria e 1.7m (EMQ) em altimetria